

Afinal, o que levou Quêrcia a Brasília?

JORNAL DA TARDE

Cauteloso, como alguém que considerasse mais acertado tirar um pouco o pé do acelerador, o governador Orestes Quêrcia preferiu ser o mais genérico possível ao relatar, ontem à tarde, no Palácio dos Bandeirantes, o resultado de seu encontro com o presidente Sarney, em Brasília, anteontem à noite.

— Levei ao presidente vários assuntos. Falamos sobre questões políticas, sobre a reunião dos governadores e eu aproveitei para reiterar a ele a importância que os governadores sentem, que é o sentimento do povo brasileiro, em relação a uma definição da economia do País.

Mas Quêrcia não quis detalhar a conversa e foi cuidadoso ao se referir à reforma do Ministério. Disse que reafirmou os seus comentários feitos durante o almoço com os governadores (exigindo a reforma do Ministério e a substituição dos ministros Dilson Funaro e Aureliano Chaves) na semana passada e deu a seguinte resposta quando lhe perguntaram se ele novamente as mesmas críticas: "Hoje precisamos deixar o presidente definir as coisas. Não é o caso de renovarmos críticas. O que penso já foi dito. Não faço previsões sobre a reforma. O presidente com sua sensibilidade vai dar sua definição quando achar que for melhor".

O governador de São Paulo teria levado um puxão de orelhas do presidente da República? Quêrcia não gostou da versão que leu sobre o motivo de seu jantar com Sarney, no Palácio da Alvorada. Segundo a informação, ele teria sido "chamado às pressas" a Brasília para ouvir "duras críticas do presidente em relação à sua postura quanto ao episódio da reforma ministerial".

O resultado: "Quêrcia entrou ontem na Justiça com um pedido de explicações contra Otávio Frias Filho, diretor de redação da Folha de S. Paulo, que publicou a notícia. A informação sobre o encontro foi considerada totalmente "inverídica, desleal e absurda" pelo governador, que se está sentindo "prejudicado" em sua autoridade. Segundo ele, o presidente da República é um homem "educado" e jamais iria repreendê-lo. "E nem eu aceitaria".

No pedido de explicações preparado

As explicações que Moreira Franco pode dar

Numa análise das duas horas de conversa que o governador fluminense manteve com o presidente Sarney, horas antes da chegada de Quêrcia ao Alvorada, anteontem, assessores de Moreira Franco estão convencidos da necessidade de uma ampla reforma ministerial, que "não pode mais estar sendo discutida em off". Moreira Franco, segundo esses assessores, está confiante em que, agora, "a discussão voltou aos temas que originaram a reunião de São Paulo", e não mais se concentram "nas posições personalistas de Orestes Quêrcia e Newton Cardoso".

Aliás, no Palácio Guanabara, a ordem é enfatizar que o governador fluminense em nenhum momento abordou os problemas levantados pelos dois colegas. É muito provável, que o governador do Rio não vá a Minas, no Dia de Tiradentes, apesar do convite de Newton Cardoso, que também chamou Quêrcia e Marcelo Miranda, esperando reeditar o encontro de São Paulo. Segundo Cardoso, Sarney gostou daquela reunião, "e, se ele gostou, vamos repetir".

Moreira Franco também negou que a conversa com Sarney tenha sido "ruim" ou "difícil". Ao contrário, "foi um encontro muito bom e proveitoso".

A beira do abismo

No Palácio do Planalto, ontem, as impressões eram de que o presidente "está dançando à beira de um abismo", e precisará dar um "salto mortal" para escapar do

Cauteloso, Quêrcia disse ter repetido as críticas feitas na reunião dos governadores, mas fez uma ressalva: "Precisamos deixar o presidente definir as coisas".



pelo presidente da OAB de São Paulo, Antônio Claudio Mariz de Oliveira, pede esclarecimentos sobre quatro questões: quem informou que o governador foi chamado às pressas a Brasília; quem deu a informação de ter o governador Quêrcia sido repreendido;

do; e em que teria consistido essa repreensão? Por que o jornal afirmou ter o presidente feito "duras críticas ao governador" e em que teriam consistido essas "duras críticas"? Qual a razão para fazer afirmações comprometedoras e inverídicas no título do artigo ("Quêrcia é chamado às pressas e repreendido pelo presidente") e no parágrafo citado?

Antes de mais nada, Quêrcia fez questão de repetir várias vezes que sua viagem a Brasília não foi de última hora. Contou que o jantar com o presidente estava programado para hoje, mas o próprio Sarney lhe telefonou anteontem e pediu que ele antecipasse para aquela noite sua viagem, alegando que estaria fora de Brasília nos próximos dias, por causa dos feriados. Segundo Quêrcia, o jantar estava marcado desde a última segunda-feira. Mas ele sorriu sem graça e disse ter se equivocado quando uma repórter lhe lembrou que na terça-feira ele havia garantido que não tinha qualquer encontro marcado com Sarney.

O governador negou que sua viagem fosse sigilosa embora seus assessores insistissem anteontem à noite que ele teria ido para o Rio. "Deve ter havido algum equívoco. Talvez eles não soubessem onde eu estava. Não pedi para ninguém dizer que eu havia ido ao Rio."

Outro desmentido de Quêrcia: ele negou que tivesse empregado parentes em sua administração, inclusive três primos. "Eles, de acordo com Código Civil, não são meus primos. E a notícia de que meu sogro estaria empregado é outra mentira. Ele foi convidado para trabalhar na Telesp e não aceitou."

Quêrcia passará os feriados da Semana Santa em São Paulo porque sua mulher, Alaide, está para ter seu segundo filho. Mas na segunda-feira deverá ir a Minas para participar, junto com outros governadores, das comemorações da Inconfidência Mineira. V.C.D.

ANC 88

Pasta 16 a 23

Abril/87

001

Constituinte

"Irrealismo, desordem mental, fantasia".

E o ministro Brossard falando do comportamento dos constituintes.

A Assembléia Nacional Constituinte está envolta num clima de "desordem mental", de "irrealismo exacerbado" e de "fantasia", para o qual contribuíram as sucessivas "asneiras" e "bobagens" defendidas por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, desde o ano passado. As afirmações foram feitas ontem, em Porto Alegre, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que disse temer quanto às possibilidades de a Constituinte efetivamente vir a realizar um trabalho eficiente: "É o caso de dizer como um personagem de Molière: pode ser que sim, pode ser que não. Pode ser que as coisas amadureçam e levem a um trabalho mais orgânico, e pode ser que não. Na medida em que os líderes não são prestigiados, as coisas não podem andar bem".

Em entrevista ao Jornal da Tarde, o ministro da Justiça comentou que os atuais problemas da Constituinte decorrem de uma "sucessão anormal de desvios conceituais, de ausência de uma reflexão mínima". Durante todo o ano passado e começo deste ano, "era como se estivéssemos em 1789, discutindo o ABC das coisas mais elementares", frisou Brossard, lembrando a "celeuma" levantada, por exemplo, pela questão de a Constituinte funcionar ou não em dias em que a Câmara e o Senado também se reunissem: "Isso aí era uma espécie de sacrilégio, como outras bobagens e asneiras dessa ordem. E no entanto entidades, personalidades do maior prestígio sustentavam isso. Tudo isso contribuiu para essa desordem mental que passou a existir".

O ministro prosseguiu afirmando que "as coisas mais simples — por exemplo, aprovar um tratado, um projeto de lei, a nomeação de um embaixador, o que é uma coisa normal, vulgar, que se resolve com um instante de reflexão — levaram meses. Esse tipo de coisa foi alimentado durante meses, e por pessoas as mais ilustres. Foi-se criado um estado de irrealismo exacerbado, de fantasia, que não pode produzir bons resultados".

Brossard lembrou, ainda, as críticas sofridas pela Comissão Afonso Arinos, desig-

nada pelo Executivo para elaborar um elenco de sugestões à Constituinte: "A Comissão era uma espécie de estupro constitucional. Eu cansei de dizer: se o trabalho fosse bom, era o caso de os constituintes dizerem. Que bom. Se fosse medíocre, era o caso de dizerem: não valeu a pena. Se fosse ruim, botar no cesto de papéis. Mas não: a Comissão ofendia a soberania da Constituinte, violava, maculava. E quanta gente não disse esta asneira? Disse, repetiu, entrou nos jornais, passou a ser manchete. Quer dizer, a total ausência de critérios, de seriedade. As coisas são repetidas, não são pensadas. Quanto maior a asneira, maior a manchete. Quanto maior a manchete, maior a reiteração. Mas um instante de reflexão e se diria; não, isso não merece ser publicado, bota fora".

Preguiça

Apesar das declarações do ministro da Justiça e do fato de o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) atribuir a morosidade da Constituinte às desavenças entre o PMDB e o PFL, "o que está faltando mesmo é seriedade, é vontade de trabalhar", afirmou, em plenário, o deputado Adylson Mota (PDS-RS).

E exemplos disso não faltam. Ontem, por exemplo, apesar dos reiterados apelos do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo cumprimento dos prazos regimentais para que a nova Carta seja promulgada dia 15 de novembro, nenhuma das 24 subcomissões trabalhou, mesmo aquelas que marcaram reuniões para a manhã com o objetivo de aproveitar o último dia útil antes da Semana Santa.

A revoada dos políticos e altos funcionários de Brasília para aproveitar o feriado prolongado começou logo cedo, embora muitos já houvessem deixado a Capital Federal ainda no final da semana passada. Entre os primeiros a chegar ao aeroporto, de manhã, estava o senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão de Ordem Econômica, que não conseguiu quórum para trabalhar durante toda a semana passada.

O MANDATO

Muita discussão, nenhuma definição.

O mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a implantação de um regime parlamentarista mas com poderes ao presidente da República, que não funcionaria apenas como figura simbólica, propostas a serem apresentadas até o próximo dia 28 pelo relator da subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), têm recebido muitas críticas dos próprios constituintes.

Para o deputado José Carlos Grecco (PMDB-SP) o prolongamento da discussão em torno do mandato do presidente Sarney prejudica a imagem da classe política junto à opinião pública, pois está atrasando até mesmo os trabalhos da Constituinte, cujo prazo de promulgação já foi adiado. Em sua opinião, "mesmo o prazo de cinco anos é um período longo. Somente quem já ocupou um cargo executivo é que pode avaliar isso. Mandato de quatro anos já é cansativo. Imagine o de seis anos!".

Quando à implantação do regime parlamentarista, o líder em exercício do PT, deputado José Genoíno, denunciou ontem na Assembléia Nacional Constituinte a existência de manobra "fisiológica e autoritária

partindo do Planalto para a implantação de um parlamentarismo presidencialista, fórmula destinada à preservação dos interesses das elites dominantes no País". No mesmo sentido, o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, sustentou "que sem uma representação de operários e camponeses não seria correto falar-se numa Constituinte democrática e representativa do povo".

As propostas, segundo o relator José Fogaça, correspondem à média de preferência dos parlamentares do PMDB, segundo ele pôde avaliar durante os trabalhos da Constituinte. Quanto ao tipo de regime, Fogaça observou que conta com a preferência da maioria dos parlamentares, embora deva ser discutido um modelo adequado às peculiaridades políticas brasileiras. E comentou que a tese do deputado Ulysses Guimarães em favor da manutenção do regime presidencialista com Legislativo forte e um ministro de coordenação conflita com a opinião da maioria dos constituintes, favoráveis ao parlamentarismo. Em seu relatório, o senador Fogaça propôs também a realização de um plebiscito para aprovação da Carta Constitucional.